

ASPECTOS DA ECONOMIA COLONIAL (EM TORNO DE UM  
DOCUMENTO DO SÉCULO XVIII)

Prof. Manoel Pinto de Aguiar

Escasseiam em nossa literatura os estudos de história econômica. Não admira esta rareza, quando entre povos economicamente mais evoluídos também se registra o mesmo fenômeno. Há quatro anos atrás, Ernest Labrousse, professor da Sorbonne, prefaciando a edição francesa da *História Econômica da Europa até 1750*, de Herbert Heaton, chamava atenção para este fato surpreendente, de não dispor, o estudante, o professor e o público francês, de sequer uma História Econômica da Europa.

Entre nós, excetuados os admiráveis estudos de Caio Prado e Afonso Arinos, que são antes uma visão sintética e uma interpretação, e o magnífico trabalho de Robert Simonsen, também influenciado por esta orientação, embora com um valioso patrimônio informativo, estamos no domínio das monografias, muitas delas profundas e mesmo exaustivas, como *A História do Café*, de Afonso Taunay, mas ainda assim monografias.

E' que o brilho da história política, militar, administrativa e até social, atraía mais facilmente os pesquisadores, até aqueles da estirpe de um Varnhagen.

O nosso século, entretanto, inicia a reação contra esta tendência, com os estudos de Capistrano de Abreu, Calógeras, Azevedo Amaral e outros, que passam a ressaltar o valor causal dos fenômenos econômicos na elaboração da estrutura política, social, jurídica e cultural da colônia.

E' a época da valorização do documento e do testemunho, que esclarecem melhor os acontecimentos da nossa história, à luz da evolução dos fatos econômicos.

Livros como "Cultura e Opuência do Brasil", de Antonio, "Diálogos das Grandezas do Brasil", de autor ainda não positivamente identificado, "Cartas Econômicas e Políticas", de Rodrigues de Brito, passam ao primeiro plano dos informantes, sobrepujando a crônica pitoresca, mas puramente literária, de Rocha Pita e outros.

E' que a conjuntura econômica em que vivemos, é fortemente condicionada pelos antecedentes de nossa formação social e econômica.

Surpreende-nos muitas vezes, lendo páginas de dois séculos atrás, constatar a persistência das mesmas crises, dos mesmos erros, dos mesmos fatos. E compreendem-se muito melhor as deficiências que hoje registramos e procuramos corrigir, vendo-se como elas surgiram e de onde provêm.

Dentre os manuscritos adquiridos pela Biblioteca Nacional, em 1879, no leilão da Biblioteca dos Marqueses de Castelo Melhor, encontra-se um, denominando "Discurso Preliminar, Histórico, Introdutivo, com natureza da Descrição Econômica da Comarca e Cidade da Bahia", publicado no vol. XXVII, dos seus magníficos Anais, trabalho anônimo, escrito, possivelmente, na última década do século XVIII, por serem os seus últimos dados estatísticos de 1789, e provavelmente em Portugal, pela redação de certos tópicos.

Do seu texto parece depreender-se que o seu autor pretendia elaborar obra de maior fôlego e detalhe; porém, simultaneamente, talvez a destinasse, pela sua leitura, a melhor informar os homens responsáveis pela administração pública acerca dos fatos sucedidos e das providências tomadas, no último meio século; sobretudo nas relações econômicas de Portugal-Brasil, já que o estudo mais positivo da história do século XVIII demonstra como a economia da Metrópole dependia da sua colônia, que representava 80% do seu comércio colonial, e possivelmente outro tanto no escambo externo, onde, exceção feita das exportações de vinho, quase tudo eram produtos brasileiros reexportados. E por consequência, embora oficialmente o orçamento português consignasse apenas 25% da sua receita como de origem brasileira, toda a sua vida comer-

cial, financeira e fiscal, dependia do ouro, do açúcar, do fumo, dos couros e peles, do algodão, das madeiras, e mesmo do arroz, do café, e do cacau brasileiro, em tórno do qual giravam as atividades da frota e do comércio português, do qual parcela não pequena era representado pelo tráfico de escravos na costa da Mina.

O tremendo libelo lançado contra a orientação das atividades do Comércio e da Navegação, parece indicar a vinculação do autor aos quadros rurais e agro-industriais dos engenhos; ou a sua nacionalidade lusitana, já que o reinol via na expansão da produção do açúcar, do tabaco, dos couros, o manancial preponderante de divisas — através da reexportação citada — com as quais Portugal importava o necessário, tornadas estas, assim, depois de perdidas as riquezas metálicas do Brasil, os fundamentos de sua vida económica; ou então que já estaria acentuadamente influenciado pelas doutrinas da época — da escola fisiocrática — para a qual a riqueza das nações eram a terra e o seu rendimento.

A preocupação, pois, por aquilo que pitorescamente êste documento denomina de “felicidade” da Agricultura e do Comércio, é bem evidente, como compreensível era o cuidado da administração pombalina pelo Brasil, fundamentados os planos do ministro de D. José I — dentro do pensamento mercantilista anterior, — na expansão das exportações, na criação de indústrias regalistas, e na compressão das importações, coerente com o postulado de que os saldos metálicos representavam a riqueza do país.

O “Discurso Preliminar”, a que ora nos referimos, é um repositório tão precioso de dados para o estudo da História do Brasil, da sua economia e da sua formação social, quanto o “Ensaio Económico” de Azeredo Coutinho e os outros trabalhos por nós citados linhas atrás. Admira, até, vê-lo tão pouco citado, de vez que é muito mais completa a sua análise sôbre certos aspectos pouco conhecidos daquela conjuntura, tornando-se mais fecundo que outros, pela farta messe de dados estatísticos, muitos inéditos, com que documenta sua argumentação.

A leitura pois dêste depoimento, certamente de autoria de pessoa profundamente conhecedora da vida econômica brasileira no século dos setecentos, é inteiramente indispensável a todo o estudioso, não sòmente da nossa história, mas da nossa formação política, econômica, social e cultural. Embora se refira mais especialmente à Bahia, não deixa de esciarecer, pelas suas correlações e analogias, faios de outras regiões do território nacional. Por outro lado, sabido que a Bahia detinha, àquela época, mais de 50% da produção brasileira exportável, e que, por isto mesmo, preponderava na elaboração da política e do planejamento econômico do binômio metrópole-colônia, é claro que tal preponderância orientava de certo modo as relações econômicas e sociais, que eram a base da vida colonial.

Documento profundamente realista, sereno, nêle aborda o seu autor alguns dos mais sérios problemas da estrutura e da conjuntura econômicas da Colônia, e seus reflexos na economia da Meirópole, com uma clarividência e um dom de antevisão surpreendentes.

A crise e o ressurgimento da produção colonial, sobretudo a açucareira, é o tema do trabalho. A pesquisa estende-se por tôda a gama das causas possíveis: a concorrência estrangeira aos produtos brasileiros de alto custo (diríamos, hoje, gravosos, acima da paridade internacional) resultante isto de outras causas, como os fretes elevados, as dificuldades de crédito, e os juros altos dos financiamentos das casas exportadoras, a estocagem demorada (decorrência do sistema de frotas bianuais), o custeio desta estocagem até a venda efetiva em Lisboa, e o recebimento do produto da venda, a crise de mão-de-obra, a imprevidência dos senhores de engenho a ostentarem altos padrões de vida, readaptação de um ciclo de economia em expansão, do período das minas, para um ciclo de depressão, quando se passou a pensar na produção agrícola como sucedâneo das riquezas metálicas, a crise de liderança com a emigração para os conventos dos filhos (não primogênitos) das boas famílias.

Sem ostentar luxos de erudição, ou pensar em sistemática teórica, êle vai apontando, em linguagem simples, através da

descrição e análise dos quadros que se sucedem, uma série de importantes acontecimentos para nossa vida econômica.

A saída da farinha de pau para Angola e Benguela, agravando a crise dos produtos de subsistência, já em franca evidência com as tendências monocultoras, chegando ao ponto de exigir o corretivo da intervenção estatal para forçar, como o refere Rodrigues de Brito, os senhores de engenhos a plantarem, simultaneamente, mandioca, o pão do Brasil. A decadência do pastoreio, na Bahia, que fôra a abastecedora das Minas e a povoadora dos sertões do nordeste pontilhados com os currais das casas sertanistas baianas.

A nossa balança de pagamentos deficitária com a Metrópole, como resultante de fretes, impostos, juros, serviços, importação de produtos manufaturados de fabricação colonial proibida, além da remessa de recursos, fenômeno característico dos países de imigração. E a cobertura dos saldos negativos com remessas metálicas — “cofres com dinheiro efetivo” dirá o autor — remessa, por vêzes, do ouro, que, segundo o seu depoimento, íamos buscar na costa da Mina, em troca de fumo exportado. Êstes fatos, são interessantíssimos, pois fundamentam a idéia de que a economia da colônia foi muitas vêzes abalada pela falta de metal moeda, coisa que deixara de ocorrer no período áureo da mineração, quando as “fábricas” de moeda da Bahia trabalhavam dia e noite, ou quando pagamentos eram feitos em ouro em pó, (moeda pesada) provocando uma transitória inflação, com o seu quadro típico, retratado pelo autor na eufórica expressão de — “tempos felizes”! — quando a praça da Bahia remetia para o interior das Minas, com pagamento a vista, intérmimas caravanas de mercadorias, oferecidas, em verdadeiros assaltos, aos mineradores, pelas estradas de acesso à capital baiana, centro polarizador da vida brasileira de então. E’ talvez, essa escassez, uma das causas possíveis daquela mesma crise de crédito, e dos juro onzenários e asfixiantes, além da situação de insolvência generalizada que o “discurso” salienta.

A importância do fumo no escambo com a África, destinado ao suprimento de mão-de-obra servil à Colônia. O tabaco transformado em gênero de primeira necessidade para as populações

negras, passando a ser “base e fundamento do comércio em todo o país africano”. A tal ponto isto, que os negreiros ingleses e franceses iam esperar as frotas do Brasil para força-las à venda do fumo com que completarem os seus carregamentos, pois, sem êle não conseguiriam a troca de suas mercadorias por negros. E, muitas vêzes, usando de pura violência para êste fim.

O problema da escassez da mão-de-obra, com a importação de escravos em número inferior ao das necessidades da colônia, e as causas desta redução de importação.

Isto, porém, ao invés de levá-lo a aconselhar o incremento deste gênero de atividades, indu-lo a sugerir o estímulo ao trabalho livre e assalariado, verberando o tráfico negreiro, o qual deseja “para sempre se desterre da superfície da terra”, e aconselhando medidas que permitam um maior crescimento demográfico.

E a importação de técnicas, referindo-se a cada passo à necessidade da expansão e melhoria da “indústria”, verdade que “indústria” tendo para êle uma significação bem diversa que para nós.

E prossegue na seriação de sugestões e conselhos, naturais em obras como esta, mais de política econômica que de teoria econômica.

Desde a armazenagem para regular o abastecimento, plano que, só agora, 150 anos passados, se começou a pôr em execução, até uma atitude de austeridade e poupança, para permitir a capitalização necessária ao autofinanciamento das atividades produtoras, problema êste dos mais importantes do Brasil e dos países subdesenvolvidos, atualmente; quando o custeio operacional e estrutural do seu desenvolvimento não deve contar muito com recursos alienígenas, se não querem optar pela solução colonialista.

E o interessantíssimo projeto de criação de uma “Companhia da Agricultura”, o primeiro, no Brasil, de organização de um Banco de Crédito Agrícola, com o capital “morto”, na sua terminologia, das Irmandades e Confrarias, subscrito em apólices (ações) de Cr. \$1000,00 cada, a fim de resolver a crise

creditica do momento, e estabilizar e incrementar as atividades agrícolas, através do crédito a juros baixos, fugido assim à escravidão do financiamento monopolista das casas exportadoras.

Nêles são estudados e analisados, ainda, causas e efeitos da legislação pombalina sobre o tráfico de escravos, sobre a regulamentação e extinção das frotas comboiadas que, por um quarto de século, emperraram o comércio brasileiro, a processualística da reabilitação dos falidos não fraudulentos e o combate aos negociantes clandestinos, a redução dos fretes marítimos e a dos impostos aduaneiros.

Nêles analisa-se também a posição do trabalho escravo e aconselha-se o incremento do trabalho assalariado livre e a maior assistência ao trabalhador servil. E as causas do encarceramento dos gêneros de primeira necessidade, resultante da monocultura de produtos de exportação, das secas da escassez de braços, da falta de técnica e de capitais, e da ilusão dos produtos de alto preço, enquanto, paralelamente, o custo de vida subia, mercê da escassez dos produtos de subsistência. E o desvio, e seus motivos, das elites moças para a carreira religiosa. E o tipo de cultura determinando a formação social de classes diferentes, como o caso da lavoura da cana de açúcar e da lavoura do fumo. E os padrões sociais de fausto influenciando o evoluer das condições econômicas, pelo regime deficitário da vida dos engenhos, onde o luxo absorvia todos os superávits. E ainda os empréstimos sucessivos e onerosos, a taxas tanto mais altas quanto, parte dêles, eram feitos como nos "barrações" do alto Amazonas e dos empreiteiros de obras públicas — a título de adiantamento, *em mercadorias*, pelos comerciantes que acumulavam, simultaneamente, a função de exportadores.

A vida da colônia, então, não era a existência aparente das crônicas religiosas ou civis, mas a vida de infraestrutura, as lutas entre senhores de engenho onerados e seus fornecedores, êstes retendo em servidão os proprietários agrícolas através das hipotecas, e também, por sua vez, empenhados até aos olhos nas praças de Lisboa e Pôrto. E as execuções hipotecárias; as crises; as repercussões das guerras exteriores sobre o

nível dos preços; a concorrência da produção das colônias francesas e inglesas começando a influir na economia brasileira; a evolução da conjuntura econômica, airofiada de 1740 a 1766, com o regimen das frotas reais, exportando 4.000 toneladas de açúcar anualmente, e passando logo ao dôbro, com o sistema do tráfego marítimo livre; a flutuação dos preços refletindo, com o maior consumo do açúcar, a elevação do padrão de vida europeu; a decadência da exploração mineira abatendo-se sobre o comércio baiano; as lutas, pelo escambo negreiro, contra os holandeses, ingleses e franceses, na costa da África.

Tudo isto é estudado e analisado com singulares acuidade e objetivismo, enquanto são sugeridas as medidas a tomar, sugestões muito curiosamente apelidadas de "arbitrios", como, por exemplo, moratória geral dos quatro milhões que os senhores de engenho deviam ao comércio exportador, a serem pagos pelo prazo de dez anos, enquanto os novos financiamentos seriam feitos por uma entidade oficial, sem o monopólio de compra do produto financiado. Curioso precedente êste, dos nossos dois reajustamentos econômicos, do café e da pecuária, porém com mais espírito de justiça social, já que obrigava o devedor a pagar o que devia e punia o credor usurário com a suspensão dos juros, ao invés da prodigalidade injusta dos governos da república, distribuindo sobre tôda a população contribuinte, o ônus da imprevidência de uns e da má fé de outros, as casas comissárias, os fazendeiros de café e os pecuaristas, e da própria administração, ensaiadora das valorizações artificiais, e dos planos de falso fomento, através dos financiamentos inflacionados, tão em moda nos nossos dias. Sugestões para melhor utilização da mão-de-obra servil e livre; para correção das causas que levavam os produtos a apresentar, como no caso do fumo, padrões inferiores, condenados no exame dos portos estrangeiros de importação, como Gênova e Hamburgo; para o estabelecimento de cortumes junto às zonas pastoris, a fim de aproveitar couros e peles, desperdiçados pelo afastamento das regiões de pastoreio, daquelas onde se sediavam os estabelecimentos de beneficiamento; para o fomento de cultura do trigo, de que chegamos a produzir boa quantidade, e que, não



fôra abandonada pelo fascínio do açúcar, do cacau, da borra-cha e do café, nos daria a esta altura maior estabilidade econômica nos dias que correm; para o transporte de carne já abatida, ou para a criação de fazendas de recuperação, onde o gado descansasse das longas caminhadas, nas quais se perdem 25% do pêso do boi, entre os pastos de origem e o mercado consumidor, prática viciosa ainda hoje em vigor; e por fim para a emancipação progressiva da escravidão e franqueamento dos portos brasileiros ao comércio mundial.

Quem quer que tenha redigido êste ensaio, tinha um extenso conhecimento de economia política e de política econômica.

Prova-o, ao lado da manipulação precisa das estatísticas do comércio exterior, interpretadas com precisão, esta admirável tentativa de levantamento da renda nacional no setor da indústria de açúcar, onde introduz, com muito senso objetivo, como parcela da renda, o consumo "in natura" daquedas unidades econômicas, cousa que, mesmo hoje, se deixa de fazer, muitas vêzes, omitindo-se uma parcela bem ponderável da produção consumida no local, reduzindo assim os totais do produto líquido, e portanto a própria renda per-capita, elemento importantíssimo para os estudos econômicos hodiernos.

E também esta tentativa de cálculo de rentabilidade e produtividade do mesmo setor.

Sem citações doutrinárias, escreveu êle, com o seu trabalho de pesquisa e de análise, um dos documentos mais sérios e mais informativos sôbre a nossa vida colonial, documento que, por ser um magnífico repositório de dados para estudo da nossa terra e de nosso povo, merece ter uma divulgação maior do que aquela até agora feita.